

As disciplinas de Documentação Museológica no Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto

Les disciplines de la documentation muséologique dans le Cours de Muséologie de l'Université Fédérale d'Ouro Preto

Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira¹
DOI 10.26512/museologia.v11iEspecial.42946

Resumo

O artigo é uma adaptação da comunicação que apresentei na Mesa redonda “A documentação museológica nos cursos de graduação em Museologia” ocorrida em formato virtual em 23 de fevereiro de 2021 no contexto do Congresso Virtual UFBA 2021. Na ocasião contextualizei o Curso de Graduação em Museologia da UFOP desde sua criação até o momento; refleti sobre os desafios atuais presentes no ensino remoto devido à pandemia de Covid 19; apresentei a organização das disciplinas de documentação museológica no Curso da UFOP e como as disciplinas contribuem para a formação da profissional museóloga (o).

Palavras-chave

Museologia; Documentação Museológica; Ensino Superior; Docência; Covid 19.

Résumé

L'article est une adaptation de la communication présentée lors de la Table Ronde “Documentation muséologique dans les cours de premier cycle en Muséologie” qui s'est produit au format virtuel le 23 février 2021 dans le cadre du Congrès Virtuel 2021 de l'UFBA. A l'occasion nous avons contextualisé le cours de premier cycle en muséologie de l'UFOP depuis sa création jusqu'au moment, nous réfléchissons aux défis actuels présents dans l'enseignement à distance en raison de la pandémie de Covid 19, nous présentons l'organisation des disciplines de la documentation muséologique dans le cours UFOP et comment elles contribuent à la formation du muséologue (o).

Mots-clés

Muséologie; Documentation muséologique; Enseignement Supérieur; Enseignement; Covid 19.

A inquietação das abelhas: o que dizem as (os) docentes sobre a pandemia de Covid 19 e os desafios do ensino remoto no ensino superior

A pandemia de Covid 19 acarretou a adoção do ensino remoto nas universidades federais (e particulares) brasileiras, institutos de ensino superior, mas também escolas de ensino fundamental e médio desde março de 2020, quando a situação, agravada, se evidenciou diante da falta de informação e política pública do Governo Federal para lidar com a crise sanitária. Autoridade dirigente máxima do poder executivo em nosso país, Jair Bolsonaro, divulgou em suas redes sociais e pronunciamentos informações equivocadas sobre tratamentos não eficazes, descreditou a vacina como forma de diminuição de contágio, espalhou teorias conspiratórias, fez roleta russa com ministros da saúde, enfim: criou

¹ Doutora em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST), mestra em História Social da Cultura (PUC/RJ) e bacharela em Museologia (UNIRIO), com especialização em Sociomuseologia (CEAM/ULHT). É professora adjunta do Departamento de Museologia na Universidade Federal de Ouro Preto (DEMUL/UFOP). E-mail: audebert@ufop.edu.br

As disciplinas de Documentação museológica no Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto deliberadamente o caos diante da tragédia. O número de pessoas infectadas e mortas aumentava diariamente. As chamadas “ondas” foram implantadas de forma autônoma pelos estados brasileiros, uma vez que não houve um gerenciamento unificado da crise: verde, amarela, vermelha, roxa, diversas cores em um arco-íris infernal.

Sabemos que pandemia expressou e também aprofundou a precarização do tecido social e, portanto, as condições materiais, objetivas e subjetivas às quais a população brasileira está submetida, especificamente para responder aos direitos sociais. Conforme apontam Alessi *et al* (2021: 15):

O novo coronavírus não apresenta seletividade contagiosa, mas os impactos da Covid-19, doença pela qual é responsável, afetaram a vida e a saúde da população de diferentes formas, em decorrência das desigualdades produzidas na sociedade por classes sociais e seus recortes, ligados à raça, etnia e gênero.

Diante desse cenário distópico, professoras e professores das universidades federais (mas não somente) se viram em reuniões infindáveis nas telas de seus computadores para estabelecer calendários ajustados, discutir metodologias de ensino, diferenciar ensino remoto de educação à distância. Muitos tiveram que aprender à toque de caixa gerenciamento de conteúdo em plataformas digitais para auxílio de educação como o *Moodle* e o *Google Classroom*. Isso tudo levou à mudança nos marcos legais para flexibilização do trabalho docente, currículos, avaliações, materiais didáticos e jornada de trabalho, que passou a ser quase ininterrupta.

Esse foi o momento em que as universidades estiveram e ainda estão mais frágeis diante de sua falta de autonomia em relação à proteção de dados e temas correlatos ligados à educação vigiada.

As empresas *Google* e *Microsoft* acabaram por se apropriar do agir docente na sua dinâmica de trabalho, retendo seu saber, ao fidelizarem os “clientes” discentes e docentes na dependência do consumo de plataformas digitais institucionais ou privadas gerando com isso quebra de patentes de direitos intelectuais. Realmente, o debate se intensificou a ponto da ADUFOP, seção sindical docente da UFOP, precisar interferir juridicamente para garantir que professoras e professores não fossem “obrigadas” a gravar suas aulas síncronas e deixá-las disponíveis na “nuvem” da plataforma digital.

Além desses aspectos, que por si só colocam questões muito graves do trabalho docente existe ainda nessa precarização e dependência tecnológica e mercadológica, o adoecimento físico e psíquico de docentes, discentes, técnicos e terceirizados. As famílias, as crianças, as mulheres, o aumento da violência doméstica. Do adoecimento físico, das crises, da fome, das mortes.

Óbvio que a crise sanitária da pandemia sufocou as universidades do ponto de vista político nos forçando a tomar decisões “democráticas”, conquanto regida por regras e pelo consenso da maioria, mas ainda assim distantes daquilo que entendemos como autônomas e representativas. Como aponta Roberto Bobbio (1986: 26) “o princípio inspirador do pensamento democrático sempre foi a liberdade entendida como autonomia [...] A democracia representativa, que é a única forma de democracia existente e em funcionamento, é por si mesma uma renúncia ao princípio da liberdade como autonomia”. Por isso, tratamos de ser responsáveis, tomamos decisões com base nesse princípio, de que a Universidade tem uma responsabilidade para com seu corpo (docente,

discente, técnico, terceirizado) e com o que está além do seu corpo, com sua comunidade de entorno. Essa responsabilidade, nesse contexto de crise sanitária limitou-se praticamente à questão da vida e da morte. Não queremos que ninguém morra em prol da racionalidade universitária. E como poderíamos? Seria um completo paradoxo.

Conforme salientado por Saviani e Galvão (2021: 38),

A expressão ensino remoto passou a ser usada como alternativa à educação à distância (EAD). Isso, porque a EAD já tem existência estabelecida, coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta, oferecida regularmente. Diferentemente, o “ensino” remoto é posto como um substituto excepcionalmente adotado neste período de pandemia, em que a educação presencial se encontra interdita.

Nossos Planos de ensino, metodologias, avaliações, atividades pensadas sempre na dinâmica do ensino-aprendizagem presencial tiveram que ser adaptadas para a realidade do ensino remoto. Assim, exige-se de nós, como docentes, um trabalho de adaptação e superação nas condições de trabalho e principalmente de engajamento na luta para conquistar o reconhecimento social da educação, bem como da nossa própria valorização profissional em contexto tão adverso e desafiante. Soma-se a isso o quadro geral de desvalorização e descrédito da educação, desvalorização esta que é política, social e econômica. Não menos importante é o quadro geral no contexto brasileiro em uma realidade na qual 38% das casas não possuem acesso à internet e 58% não têm computador. Por isso, foi possível observar concretamente que para muitos discentes o acesso ao ambiente virtual não foi propiciado por equipamento adequado (muitos usavam apenas celulares); houve a falta de acesso à internet de qualidade e a não familiaridade com as tecnologias.

Aqui expresso uma percepção que eu já tinha e que foi amadurecida e constatada nesse período como professora atuando de forma remota. De como essa nova geração de estudantes, que utilizam tanto as redes sociais e passam tantas horas do seu tempo dedicados ao ambiente da internet são usuários passivos e sem autonomia. A falta de conhecimento sobre a própria história da internet, sua recente ascensão, a falta da crítica do que é o ambiente virtual, o desconhecimento de que computadores não são sinônimo de *Windows* e *Microsoft* e de que existem outros buscadores além do *Google*, enfim essas e tantas outras questões que vivenciei como a simples dificuldade de discentes para postarem em um blog de uma das minhas disciplinas.

Isso tudo e mais um pouco me mostrou o que eu já sabia: que nossos discentes, em sua maioria, operam como consumidores passivos em um “mercado” do qual eles praticamente desconhecem a existência, somado à uma visão do ambiente virtual naturalizado. Foi preciso abordar esses fatores em “sala de aula”, foi necessário explicar que era preciso ter ciência do ambiente virtual de forma mais crítica e sem ingenuidade. No meu caso, como professora, a preparação para o uso pedagógico usando tecnologias da informação, plataformas digitais de ensino e recursos diversos tomou-me longo tempo para aprender a gravar, criar e editar *podcasts* e gerar conteúdos para o canal que tive que criar no *Youtube*.

A trajetória do Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP): um pouco da sua história e memória

Dentro de um contexto microestrutural, uma série de fatores contribuiu para a criação e implantação do Curso de Museologia da UFOP com destaque para o Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP (MCT). Segundo Gilson Antônio Nunes (2012: 112) dentre elas, “o constante contato da equipe de direção do MCT com a administração central da universidade e a crescente visibilidade que o museu foi galgando dentro da instituição”.

Já no âmbito da relação da UFOP com a cidade de Ouro Preto destaca-se a criação do Sistema de Museus de Ouro Preto (SMOP), a partir da construção coletiva de gestores e atores do cenário museal da cidade. Nessa esfera inserimos ainda a Política Nacional de Museus, criada em 2003 pelo Ministério da Cultura, que desde sua criação aumentou a visibilidade e a importância do setor museológico na área da cultura. Mas não só de ações implantadas se constrói cenários de viabilidade. Algumas vezes, ações que não se concretizaram somam um conjunto de possibilidade. Nesse sentido, é importante o que aponta Gilson Nunes (2012: 112) sobre duas ações isoladas que não se efetivaram no ano de 2004: a criação de um curso de Pós-Graduação, Especialização em Museologia previsto no Planejamento do MCT e a aprovação pelo Departamento de Engenharia de Produção da Escola de Minas de um Curso de Pós-Graduação Especialização à Distância em Museologia. Importa destacar o protagonismo do colega Gilson citado, hoje professor no Departamento de Museologia da UFOP, pois sendo nomeado para representar os sistemas municipais de museus no Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) o colega afirma que em reuniões do SBM em Brasília os então coordenadores do Comitê, o antropólogo José do Nascimento Júnior e o museólogo Mário Chagas, sugeriram a implantação de um Curso de Museologia pela UFOP, em Minas Gerais.

No nível macroestrutural, as universidades federais passavam por um contexto de reestruturação e expansão, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) iniciado em 2006. Sendo o Projeto do Reuni da UFOP aprovado pelo Ministério da Educação, um colegiado especial foi nomeado, sob a presidência da museóloga Professora Yara Mattos (na época docente no Curso de Turismo), pelo Professor Antonio Gandini (Diretor do MCT) e pelo Professor Gilson Nunes para elaboração do Projeto Político Pedagógico e matriz curricular do Curso. A proposta foi aprovada pela UFOP pela Resolução 3.356 de 19 de junho de 2008. Conforme destaca Nunes, “Após o vestibular, as aulas do primeiro Curso de Museologia de Minas Gerais e o primeiro do Brasil no turno noturno tiveram início no dia 18 de agosto de 2008 em seção solene no Salão Nobre da Escola de Farmácia, prédio que abrigou o curso em seu início”. (NUNES, 2012, p. 113).

Quando cheguei na UFOP, em dezembro de 2009, a convite e redistribuída do Curso de Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), encontrei um curso que estava iniciando sua primeira turma e que comigo, contava com quatro docentes. Cheguei para assumir os encargos relativos à área de documentação museológica e apesar de estranhar o frio das montanhas ouropretanas, me sentia bastante animada. Afinal, eu estava iniciando “de novo”, uma vez que na UFRB eu havia sido uma das primeiras professoras nomeadas na área de Museologia, na disciplina Teoria Museológica e nesse sentido fui nomeada como Coordenadora do Colegiado e uma das responsáveis

pela elaboração do Projeto Político Pedagógico e desenho dos futuros perfis docentes e de concurso. Mas isso já é uma outra história e uma outra memória, que envolve outros colegas e parcerias.

A formação da museóloga (o) entre a imagem museal, as visões intergeracionais e a interdisciplinaridade

Quero trabalhar, inicialmente, com aquilo que Mário Chagas denominou imagem museal, (IM) ou seja, determinado modelo, consciente ou não, que a graduanda(o) tem da museóloga (o) e do que caracterizaria sua identidade profissional em relação às outras áreas de conhecimento afins. Esse é um artigo de Chagas do qual gosto muito e ao qual sempre volto quando se trata de pensar e discutir questões relativas à formação em Museologia.

Em uma passagem muito lúcida Mário Chagas (1996: 112) alerta:

É certo que a formação profissional em nenhuma hipótese ocorre solta no espaço social e no tempo social. Em consequência, a imagem típica, anteriormente referida, está historicamente condicionada. Não reconhecer esse condicionamento é o mesmo que pretender abrir trincheiras de resistência ao desenvolvimento e amadurecimento da Museologia.

Então, me pergunto: o que nos condiciona atualmente na formação de museólogas (os)? Temas contemporâneos a meu ver são tão importantes quanto a historicização da Museologia enquanto campo do conhecimento. Por isso, ao tratar da documentação museológica entendo a importância de explicar aos discentes a história da documentação em museus, as mudanças nos conceitos, nas práticas. Faço questão de trabalhar com autoras que são “clássicos” na documentação, especialmente no Brasil, e de como é importante situá-las em contexto mais amplo da própria Teoria museológica e os estudos sobre feminismo e história das mulheres.

Ao mesmo tempo é preciso trazer a explosão informacional e tecnológica que marca nossa socialização e aprendizagem atualmente. Nesse sentido, me vejo às voltas, especialmente nos últimos tempos, pensando sobre metodologias específicas para o ensino da documentação museológica. Diante de quase nenhuma certeza, percebo que a prática é estruturante e fundamental. Voltarei a esse aspecto mais adiante.

Questionamentos, dúvidas, incertezas, acertos e erros. Estou ciente de que questões acerca do que caracteriza a formação em Museologia no nível da graduação e da imagem típica projetada para os formandos serão sempre pertinentes se pensarmos que cabe ao docente o papel de formador no sentido humano e profissional ou em outras palavras, do respeito e da ética. Conforme assinala Berbel (1995: 10),

É importante reconhecer que as formas de ensinar têm consequências que vão além da aprendizagem de um conjunto de informações, sejam teóricas ou práticas. Elas estabelecem um estilo de interação do professor com seus alunos, dos alunos e professores com o mundo, possibilitando experiências que podem influenciar outras situações de vida dos próprios sujeitos.

Logo, cabe à professora essa imensa responsabilidade de construir com a (o) estudante uma relação que apenas se sustenta se for baseada no respeito.

As disciplinas de Documentação museológica no Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto

Ao mesmo tempo é necessário enfrentar desafios e criar essa relação de respeito e compromisso com discentes, mesmo quando estão desestimulados, ou ainda, saber interpretar o comportamento de resistência, na maioria das vezes eco da mais sincera rebeldia, tão comum no período da juventude e início da vida adulta.

Da mesma forma, representa ainda um desafio real, enfrentado no dia a dia, o fato de estarmos lecionando desde 2020 na modalidade “ensino remoto” como já abordado no tópico anterior.

A Documentação museológica no Curso de Museologia da UFOP: percurso acadêmico e aspectos curriculares

Considero que a metodologia de ensino (métodos, técnicas, procedimentos e recursos auxiliares) constitui-se o meio, a forma, o caminho a ser orientado pela professora para o desenvolvimento de discentes dentro de determinada perspectiva, e que este caminho é sempre historicamente situado. Assim sendo, a metodologia que utilizo parte da ideia de que a interrogação é o ponto de partida para o conhecimento acadêmico.

Também parto do princípio de que nós mulheres somos maioria na Museologia e de que é necessário compreender esse dado dentro de um contexto mais amplo das teorias feministas e das histórias das mulheres. Então, vocês podem se perguntar: eu tomo partido? Claro, não partido político, partido ideológico. Minha visão é sempre situada do meu lugar como mulher, branca, de classe média, mãe, esposa, filha, feminista, professora, pesquisadora, museóloga, dona-de-casa e tudo o mais.

É claro que esta atitude interrogativa, problematizadora está enraizada em mim como mulher e como professora. E é preciso dizer que deve ser construída sobre bases coerentes de informação e estar sempre ancorada no contexto social e histórico, sem o que caímos no risco de uma teorização da infertilidade. Alguns conceitos, temáticas e autores são incontornáveis em nossa abordagem ao longo do Curso. É o caso dos conceitos de musealidade (MENSCH, 1994), fato museal (RUSSIO, 1990), algumas visões e definições sobre museus, musealização e Museologia (BRUNO, 1997), (SCHEINER, 1999), (CHAGAS, 1996), (CURY, 2005), as noções de colecionismo e gênero (OLIVEIRA AUDEBERT, 2016; 2018), androcentrismo (OLIVEIRA AUDEBERT & QUEIROZ, 2017), informação, documento, patrimônio e bem cultural. Adotar visões de discordância, apontar limites entre os conceitos, divergências entre autoras e autores, mostrar que a produção é androcêntrica, que a linguagem não é neutra: tudo isso nós fazemos com deleite e com a consciência de que é preciso, no ato de ensinar, trazer uma visão de mundo diferente muito mais do que um conjunto de informações. Afinal, informação e conhecimento são coisas tão distintas. Penso que parte da minha responsabilidade como docente consiste na construção da autonomia discente e essa autonomia pressupõe realmente apresentar minhas experiências, minhas vivências como parte de um arcabouço que me permite fazer leituras que complementem aquelas que trazem. E vice-versa.

A área da documentação museológica merece minha atenção especial pela sua importância na formação profissional da museóloga (o), bem como pela sua marcante presença em nossa matriz curricular com três disciplinas obrigatórias somando um total de 180 horas. Temos ainda uma eletiva Tópicos especiais em documentação museológica de 30 horas. Assim é que na matriz

curricular essas disciplinas possuem entre si um sentido de continuidade e aprofundamento da matéria e por esse motivo elas são pré-requisito uma da outra. Necessário apontar que a matriz curricular atual passa por reformas a serem implantadas em 2023 nas quais a curricularização da extensão é um dos aspectos e a atualização de disciplinas e ementas também. O eixo de documentação museológica continua com a mesma carga horária obrigatória tendo sido criada mais uma disciplina eletiva na temática.

No ensino da documentação museológica o aspecto primordial, para mim, é desenvolver com estudantes o que chamo de “pensar documental”, que consiste basicamente na observação, descrição objetiva e análise do objeto/bem cultural a ser documentado. Com isso, estou considerando que a museóloga documentalista tem um papel fundamental na gestão da informação tanto dentro das instituições museais, quanto na preservação do patrimônio cultural. Além do conhecimento das principais técnicas e procedimentos ligados ao tombamento e registro de acervos e bens patrimoniais, importa, inicial e fundamentalmente, desenvolver a lógica documental que prima pela investigação sobre a informação em suas condições geradoras, classificação, indexação, disseminação e recuperação.

Nesse sentido, buscamos salientar os alcances próprios da Museologia, trabalhando as noções de informação intrínseca e extrínseca (FERREZ, 1987 e 1991), (CERÁVOLO, 2007), (CAMARGO-MORO, 1986); documento (RUSSIO, 1990), bem como a mudança na própria definição de objeto para a Museologia (MENSCH, 1994), (SCHEINER, 2004). É o desenvolvimento dessa lógica documental que irá permitir à estudante, como futura museóloga, enfrentar desafios na gestão da informação ao propor e implantar soluções para casos concretos e específicos em situações profissionais.

Assim, privilegio a abordagem teórica acompanhada da prática, pois permite o confronto e a problematização a partir de situações que simulam algumas das dificuldades e realidades que discentes vivenciarão na prática profissional.

Sendo a prática muito importante na área da documentação meu planejamento prevê sua implantação de forma crescente, tanto em carga horária quanto em complexidade e responsabilidade no manejo de acervo. Assim, parto do simples para o complexo, do abstrato para o concreto, do geral para o particular. Trata-se, portanto, de aprender a ver e construir hierarquias para as coisas e nessa hierarquia, pensar a classificação, organização e fluxo de informações. Para a museóloga (o) documentalista cabe a tarefa de transformar o arbitrário em regra, ou seja, criar sistemas nos quais os dados figuram classificados, hierarquizados, ou em outra medida, definir as relações de afinidades que irão compor o sistema de informação necessário, pensando, portanto, em termos de equivalência, evitando, assim, a ambiguidade e a sobreposição.

A disciplina Museologia e Documentação (MUL 121) é atualmente ofertada no 2º período e possui carga horária de 60h. Nela, introduzo a discussão teórica inicial ao campo da documentação e nos voltamos à prática, ainda em sala de aula, para a confecção de um Livro de Tombo ou ficha documental simples, considerando os atributos mínimos para documentação de acervos museológicos, conforme preconizados pelo Comitê Internacional para a Documentação do Conselho Internacional de Museus (CIDOC-ICOM).

É uma atividade inicial, que discentes desenvolvem em dupla ou grupo e a partir de objetos prosaicos escolhidos por eles e trazidos de casa. Assim, asseguramos que discentes neófitos desenvolvam as habilidades de observação, descrição e análise de objetos que cumprem a função de objetos musealizados.

As atividades de registro, medição e marcação são simuladas e assim as duplas enfrentam algumas das dificuldades e desafios da área da documentação. Considerando a lógica exposta acima, opto nesse momento inicial pela introdução das práticas mais simples na documentação e por isso, trabalhamos com o arrolamento, sua definição e usos, seguindo para o registro/tombo dos objetos escolhidos pelos estudantes. Escolho em centrar a abordagem no registro de objetos tridimensionais e/ou fotográficos, deixando de lado as questões mais complexas ligadas ao registro de patrimônio cultural imaterial (PCI) e arte contemporânea, aí incluídas arte efêmera e happening.

Desse modo, é muito importante que estudantes assimilem esta lógica documental, o que chamo de “pensar documental” e que possam aplicá-la gradualmente em atividades documentais na escala do simples para o complexo. Também abrimos a oportunidade para apresentar algumas questões relativas à documentação com ênfase nos procedimentos ligados à política de aquisição e descarte, repatriação, tramitação de documentos necessários, tipos de aquisição e empréstimos entre instituições, estudos de casos, análise de fichas de registro com mais campos informacionais e bancos de dados informacionais, momento em que a discussão ainda que não aprofundada apresenta para discentes debates referentes à softwares livres e proprietários, sistemas operacionais e comunidade de software livre. A documentação museológica é vista na perspectiva histórica e apresento brevemente a metodologia para registro do patrimônio cultural imaterial (PCI).

Essas discussões costumam aprofundar na disciplina eletiva quando às vezes é necessário retomar o básico novamente de forma conjunta. É dada atenção às questões envolvendo o Código de Ética para Museus (ICOM) e o Código de Ética Profissional do Museólogo do Conselho Federal de Museologia (COFEM) no tocante à gestão dos acervos e limites e deveres profissionais. Atenção é dada, ainda, à classificação e indexação com o estudo de tesouros e da linguagem controlada (FERREZ; BIANCHINI, 1987) dentre outras.

A disciplina Documentação e Informação em Museus (MUL 125) é oferecida no 5º período com carga horária de 60h e a disciplina Tecnologias da Informação em Museus (MUL 126) é ofertada no 6º período e possui carga horária de 60h. Desde 2014, essas últimas duas são ofertadas pela museóloga e colega de Departamento Professora Vânia Carvalho.

Finale: algumas repercussões e pensamentos incompletos

Um dos aspectos que marca a formação de museólogas (os) no Curso de Museologia da UFOP são os dois museus de aplicação que temos: o MCT e o Museu da Farmácia. A cidade, pequena em termos populacionais, possui muitos museus que compõem o Sistema Municipal de Museus de Ouro Preto (SMOP) e dessa forma discentes encontram uma oferta razoável para práticas livres e especialmente para cursar as disciplinas obrigatórias MUL 391 e MUL 392 Estágio Supervisionado I e II que totalizam atualmente 240 horas. É minha percepção que a presença expressiva das disciplinas de documentação museológica leva muitos discentes a realizarem atividades dessa área nos museus. Da mesma forma, o interesse pela área suscita pesquisas na temática da documentação no trabalho de conclusão de curso, Monografia Curricular (MUL 201) disciplina obrigatória. Gostaria apenas de citar dois trabalhos de Monografia recentes que tive a oportunidade de orientar, e que ilustram o fato acima mencionado.

O primeiro trata-se da monografia desenvolvida em 2020 por Sarha Dias Hottes, intitulada *Reflexão sobre Documentação Museológica: Uma análise das fichas de registro e documentação da Coleção de Medicamentos do Museu da Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto*. O trabalho foi adaptado para artigo e publicado na *Revista CPC/USP*, conforme pode-se observar nas referências bibliográficas. Outra excelente Monografia foi desenvolvida pela discente Lunara Cristina Ferreira da Silva intitulada *Indicadores de conservação preventiva em fichas de documentação Museológica: Informação e Registro no Museu do Oratório — ICFG*, defendida no final de 2021. Os dois exemplos apontam para o final da minha fala na mesa redonda: muitas monografias na área de documentação museológica já foram desenvolvidas no Curso de Museologia da UFOP. Neste sentido, seria muito positivo um levantamento dessa produção acadêmica e científica discente.

Referências

ALESSI, Sandra Mara et al. A crise sanitária aliada às consequências da pandemia pela Covid-19 no contexto da crise do capital. *Universidade e Sociedade*. Pandemia da Covid 19: trabalho e saúde docente. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, nº 67, 2021, p. 8-21.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. Metodologia da problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. *Semina*. Londrina, v.16, 1995, p. 9-19.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRUNO, Maria Cristina. Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 10, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ULHT, 1997.

CAMARGO-MORO, Fernanda. *Museu: Aquisição-documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CERÁVOLO, Suely e TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a representação em museus e o processamento da informação em museus. Comunicação oral. *Anais do VIII ENANCIB*, 2007.

CHAGAS, Mário. A formação profissional do Museólogo: 7 imagens e 7 perigos. In: *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996, pp: 111-120.

CURY, Marília Xavier. *Exposição*. Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

FERREZ, Helena Dodd e BIANCHINI, Maria Helena. *Thesaurus para acervos museológicos*. 2 volumes (série técnica 1). Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

As disciplinas de Documentação museológica no Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto

HOTTES, Sarha Dias; OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. Museu da Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto: análise das fichas de registro e documentação da coleção de medicamentos. *Revista CPC*, [S. l.], v. 15, n. 30, 2020, p. 399-425.

MENSCH, Peter Van. *O objeto de estudo da Museologia*. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

NUNES, Gilson Antônio. As disciplinas nas áreas de Políticas Públicas, Gestão e Arquitetura de Museus para os museólogos formados pela UFOP. In: *Sendas da Museologia*. Ouro Preto: UFOP, 2012, p. 111-116.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; QUEIROZ, Marijara Souza. Museologia Substantivo Feminino: Reflexões sobre Museologia e gênero no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, n. 5. São Paulo: SESC/SP, 2017, p. 61-77.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. Considerações sobre a docência e o ensino da Museologia. In: *Sendas da Museologia*. Ouro Preto: UFOP, 2012, p. 91-98.

_____. Colecionismo a partir da perspectiva de gênero. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 7, n. 13, 2018, p. 15-30.

_____. A Coleção Sophia Jobim do Museu Histórico Nacional: gênero, mulher e indumentária no museu. *Anais do IV Seminário Brasileiro de Museologia* [recurso eletrônico]. / Brasília: Universidade de Brasília. Faculdade de Ciência da Informação, 2020, p. 503-514.

RUSSIO, Waldisa. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, n. 3. Rio de Janeiro: IBPC, 1990.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *Universidade e Sociedade*. Pandemia da Covid 19: trabalho e saúde docente. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, n. 67, 2021, p. 36-49.

SCHEINER, Teresa. As bases ontológicas do Museu e da Museologia. *Simpósio Museologia, filosofia e identidade na América Latina e Caribe*. ICOFOM LAM, Coro: Venezuela, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, 1999, p. 133-164.

Recebido em abril de 2022

Aprovado em junho de 2022